

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.479.645 - RS (2019/0092301-6)

RELATOR : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**
AGRAVANTE : CAPA ENGENHARIA S.A.
ADVOGADOS : ARTUR GARRASTAZU GOMES FERREIRA E OUTRO(S) - RS014877
KARINA VALESCA FERREIRA LINS - RS053016
RENATO SCHENKEL DA CRUZ - RS057050
CAMILA DE SOUZA CORRÊA - RS089609
VINÍCIUS DE SOUZA DVORANOSKI - RS090873
AGRAVADO : LUIS FERNANDO CUNHA DE OLIVEIRA
AGRAVADO : LEISA SEVERO DE OLIVEIRA
ADVOGADOS : FRANCISCO FERRARI BRANDÃO GOMES E OUTRO(S) - RS077737
MARELI BERNARDO - RS075025

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por CAPA ENGENHARIA S.A. contra a decisão que inadmitiu recurso especial pelos seguintes fundamentos (fls. 219-298, e-STJ):

- (i) não houve prequestionamento do art. 39 do Código de Defesa do Consumidor na origem - aplicação da Súmula nº 211/STJ;
- (ii) há recurso repetitivo sobre a matéria meritória: REsp nº 1.300.418/SC - Tema 577/STJ, e
- (iii) incidem, na espécie, as Súmulas nºs 5, 7, 83 e 543/STJ e 283/STF.

É o relatório.

DECIDO.

O acórdão impugnado pelo presente recurso especial foi publicado na vigência do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

O agravo não comporta conhecimento.

Constata-se que as razões do agravo de fls. 353-367 (e-STJ) deixaram de impugnar de modo específico a incidência das Súmulas nºs 211 e 543/STJ e 283/STF e a existência de recurso repetitivo acerca do tema, atraindo, portanto, a aplicação do disposto no art. 932, III, do Código de Processo Civil de 2015, que faculta ao relator "*não conhecer do recurso inadmissível, prejudicado ou que não tenha impugnado especificamente os fundamentos da decisão recorrida*".

A propósito, o julgamento do EAREsp nº 746.775/PR, Rel. p/ acórdão Min. Luis Felipe Salomão, Corte Especial, julgado em 19/9/2018.

Ainda, nesse mesmo sentido:

"PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO

Superior Tribunal de Justiça

ESPECIAL. RECURSO MANEJADO SOB A ÉGIDE DO NCPC. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO DENEGATÓRIA DE ADMISSIBILIDADE DE RECURSO ESPECIAL. DESCUMPRIMENTO DOS REQUISITOS PRECONIZADOS PELO ART. 932, III, NCPC (ART. 544, § 4º, I, DO CPC/73). AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.

1. Aplica-se o NCPC a este recurso ante os termos do Enunciado Administrativo nº 3, aprovado pelo Plenário do STJ na sessão de 9/3/2016: Aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.

2. Não se mostra viável o agravo em recurso especial que, apresentado em desacordo com os requisitos preconizados pelo art. 932, III, do NCPC (544, § 4º, I, do CPC/1973), não impugna os fundamentos da respectiva inadmissibilidade (incidência da Súmula nº 83 do STJ).

3. Agravo interno não provido" (AgInt no AREsp 1.288.826/RJ, Rel. Ministro MOURA RIBEIRO, TERCEIRA TURMA, DJe 27/9/2018).

Ante o exposto, não conheço do agravo em recurso especial.

Na origem, os honorários sucumbenciais foram fixados em 12% (doze por cento) sobre o valor da condenação, os quais devem ser majorados para 15% (quinze por cento) em favor do advogado da parte recorrida, nos termos do art. 85, § 11, do Código de Processo Civil de 2015, observado o benefício da gratuidade da justiça, se for o caso.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA
Relator